

## O caminho pós-eleitoral



Por **SÁVIO BONES\***

*A derrota sofrida pelo bolsonarismo nas eleições não veio dos partidos à esquerda. Ao contrário, foi imposta pelo conservadorismo tradicional*

Cada qual enxerga, apreende e analisa, bem como extrai conclusões e elabora propostas, a partir de uma angulação própria, constrangida por sua inserção social e por mediação ideológica, a partir da qual as transborda, por razão política, interesses de outra ordem ou até mesmo a embriaguez do desejo.

Contudo, as necessidades de conhecer o mundo que nos cerca e tirar consequências práticas do aprendizado exigem atenção e respeito aos fatos. Se em tempos de calmaria social tal procedimento é necessário, no período atual, em que as liberdades políticas, sindicais e civis, além dos direitos populares, permanecem sob as ameaças do obscurantismo, do revisionismo e do negacionismo, é imprescindível e imperativo.

Considerando-se o cipoal de tabelas, números, análises e perspectivas produzidas no interior do ativismo à esquerda, em boa parte aprisionado aos limites dos inventários factuais, da esfera fenomênica, das miudezas várias e das misérias psicopolíticas, tornou-se preciso abrir clareira e recuperar o compromisso com a realidade como um todo.

Em que pese a força do Governo Federal, de uma militância fanática e uma base de massa em parte fidelizada, o certo é que a reação bolsonariana saiu derrotada no processo eleitoral, inclusive as suas hostes mais retrógradas, como a ultradireita carioca e o fundamentalismo religioso.

O seu plano fracassou. O protofascismo não conseguiu reforçar o seu movimento nacional com candidaturas locais e nem instalar novos pontos de apoio institucionais, pois ficou longe de eleger o grande número de vereadores e prefeitos que pretendia, claramente identificados com seus propósitos e métodos. Tampouco logrou multiplicar, na dimensão projetada, a sua base orgânica, os seus centros aglutinadores e os seus polos de disputa hegemônica. Muito menos pôde ocupar espaços mais largos para arregimentar sua horda, criar melhores condições de angariar novos apoios, influir nas relações internas ao Congresso Nacional e pressionar outras instâncias estatais. Também não acumulou mais forças para reativar o processo autogolpista e preparar os embates já marcados no calendário político, incluindo a eleição presidencial.

Além de amargarem a não realização do que pretendiam, os bolsonaristas foram derrotados em importantes capitais do País, a exemplo de Belém, Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Destaca-se a importância da derrota na capital fluminense e na terra de Raquel de Queiroz. Embora difícil de mensurar, o número de vereadores falangistas – espalhados por miríades de partidos – ficou aquém do seu prognóstico.

Arrefecido o ímpeto autogolpista – embora ainda latente –, o objetivo de unificar desde já a extrema-direita e suprir a deficiência partidária pelo ajuntando de pontas espalhadas, saiu derrotado e, pelo menos de imediato, adiado. Os postulantes claramente identificados com o protofascismo na matriz bolsonarista ficaram aquém do que esperavam. Malogrou a tentativa palaciana de avançar mais ainda no cenário nacional e catalisar definitivamente as diversas frações da extrema-direita, extensivamente a outros segmentos conservadores.

Os motivos são vários: o agravamento das crises econômico-social e sanitária; a perda de popularidade da figura presidencial, conforme indicado em pesquisas; as reticências de alguns partidos da direita tradicional com as pautas ultrarreacionárias e obscurantistas; os constrangimentos gerados pela aproximação com partidos pragmático-fisiológicos da sociedade política, dentro e fora do Congresso Nacional; as pressões e contrapressões institucionais; as disputas

internas ao aparelho de Estado; os processos de expurgos e cisões no interior do campo ascendente nas eleições de 2018; o distanciamento de personalidades direitistas em relação ao Palácio do Planalto, dentre outros.

Bolsonaro ficou longe de unificar a extrema direita que se firmou desde os primeiros ataques aos governos federais posteriores a 2002, à própria pessoa de Lula e a Ação Penal 470, passando pelas manifestações de 2013, a destituição da ex-presidente Dilma Rousseff, o medíocre governo que a sucedeu e a prisão do ex-presidente, chegando até a eleição do capitão miliciano.

Embora o seu chefe e os seus planos tenham marcado passo, a reação protofascista, especialmente com o controle da capacidade articuladora exercida pelo Palácio do Planalto, continua viva e forte. Não se desgastará automaticamente com o passar do tempo e nem suas debilidades significam o rápido revigoramento do campo popular.

A derrota sofrida pelo campo presidencial não veio pelas mãos dos partidos populares, democráticos e progressistas, com seus aliados. Ao contrário: o revés bolsonariano foi imposto pelo conservadorismo tradicional, cuja composição atual reúne um vasto espectro de opiniões, correntes e partidos políticos que a partir de 2018 se aproximaram da extrema-direita, com mais ou menos compromissos, mas agora buscam um contencioso sanitário como instrumento para afirmarem uma alternativa política própria.

A colcha de retalhos que recebeu dos monopólios de comunicação a alcunha genérica e simplista de “centrão”, absorvida até por setores à esquerda, junta um conjunto de siglas e de projetos à direita, que defendem espaços democráticos e convivem nesses ambientes.

No seu interior, ou ao seu redor, estão partidos ideologicamente estáveis e, mesmo com nuances próprias, comprometidos com cânones e políticas liberais ou ultraliberais, bem como outros apegados ao mais deslavado “toma lá dá cá” e até siglas de aluguel. Alguns deles fizeram parte da base de apoio ou mesmo participaram diretamente dos governos social-liberais dos ex-presidentes Lula e Dilma, tendo o mesmo comportamento.

A sua propaganda equidistância em relação aos dois polos que disputaram os rumos do País no último período – a extrema-direita e as opções mais à esquerda – rendeu frutos. O amontado cresceu política e eleitoralmente, apresentou-se como alternativa, venceu as eleições, mostrou musculatura e buscará, de agora em diante, firmar-se no cenário nacional como uma possibilidade conversadora diferente e em contradição com o Bolsonarismo, desde já até as eleições de 2022.

Ao se apresentarem divididos ao povo e perante o eleitorado brasileiro, os partidos à esquerda no espectro político nacional se apequenaram e selaram os resultados do pleito. Os números disseram que tais forças abdicaram do protagonismo na derrota do Bolsonarismo. Ao se lançarem sozinhas e esfareladas, aceitaram tacitamente o jogo proposto pela direita tradicional, não disputaram de forma ampla os destinos do Brasil e não se credenciaram diante o povo brasileiro.

A desunião fez com que a população deixasse de enxergar nesses partidos, isoladamente, salvo exceções, uma alternativa real à situação vigente, ao Governo Federal e ao Bolsonarismo. As frentes amplas que se articularam nos segundos turnos deixaram claro que a unidade era possível e necessária, pois, afinal, as rodadas eleitorais são parte de um único processo e não duas eleições diferentes.

Ao abrirem mão de um movimento nacional unitário que descortinasse nas cidades um caminho vigoroso, potente e realmente novo – integrado, assim, ao sentimento popular – e conferisse segurança às grandes massas nacionais, os partidos democráticos e progressistas contribuíram, e muito, para o computo final, os desdobramentos e as implicações do resultado eleitoral na correlação de forças atual.

Na ausência de uma força avançada que se impusesse, o espaço aberto foi ocupado, com baixa contestação, pelo mundo conservador. Lançadas ao deus dará, as grandes majorias optaram, neste momento, pelos atalhos do liberalismo democrático, mais seguro, menos arriscado e mais encorpado.

Portanto, reconheça-se, a derrota foi o fruto: de condições históricas objetivas existentes dentro e fora do Brasil, que determinam uma defensiva estratégica nas lutas de classes nos diversos âmbitos; da força reunida pelo inimigo nas diversas frentes; da postura pusilânime dos setores liberais; e, com raras exceções, das políticas e posturas sectárias, exclusivistas, arrogantes, autosuficientes e particularistas desenvolvidas pelos partidos identificados com a tradição da esquerda brasileira.

As justificativas e os pretextos, as explicações e subterfúgios, contam-se aos borbotões. Todavia, é evidente que o resultado eleitoral ficou aquém das expectativas e nada esconde o fato de que a esquerda toda, em sentido alargado, dividida, continuou sua marcha de recuo em número de votos e de postos no interior do Estado, iniciada em 2016: vão governar menos 286 prefeituras, ou 26,38%, e elegerem menos 1.561 vereadores, ou 13,6%. Nas cidades acima de 500 mil habitantes, onde seus partidos legais alcançaram resultados melhores, suas legendas somaram apenas 22,7% do sufrágio proporcional.

O fraco desempenho eleitoral da esquerda no primeiro turno realça o papel das frentes amplas realizadas no segundo, a possibilidade de disputar as maiorias “de baixo” e o dever de realizar uma união estável, permanente, que transcenda as questões eleitorais.

É bom lembrar que a esquerda é composta e representa uma diversidade social e ideológica de classes ou frações distintas, que se agasalham ou não nos atuais partidos. Abarca segmentos empenhados com o projeto histórico proletário de emancipação humana, socialistas de diversos matizes, genericamente anticapitalistas, reformistas de extrações diversas, como antigos trabalhistas, democrata-radicais, social-liberais, setores populares “melhoristas”, movimentos específicos, bem como setores burgueses regionais e as frações do capital excluídas do condomínio monopolista-financeiro, que adotam posições democráticas, nacional-desenvolvimentistas e críticas ao ultraliberalismo.

Superando conflitos já passados e relevando diferenças de varejo; essa legião de correntes, que expressa o que há de mais avançado na sociedade civil brasileira precisa se constituir como centro articulador e animador único, capaz de polarizar e construir um movimento democrático e progressista de oposição no País. Tal movimento tem que reunir todos os interessados e se materializar em uma frente de partidos e demais organizações políticas, inclusive setores partidários, que comporte ideologias, passados, opiniões e práticas plurais. Frente, aliás, que desde a destituição da ex-presidente Dilma vem se firmando como uma obrigação incontornável dos pioneiros sociais.

Longe do diletantismo e das rabugices, assim como da fraseologia esquerdista que alimenta delírios e ilusões, as principais lições a serem extraídas das eleições visam a potencializar o acúmulo político alcançado no processo eleitoral, manter e soldar as alianças alcançadas no primeiro e no segundo turnos, firmar táticas comuns, promover ações unitárias e unificadoras nas lutas cotidianas em diversas frentes – acima de toda e qualquer nominata, seja de personalidades, de partidos, entidades ou doutrinas. Nunca é demais repetir que o que está em jogo é o que realmente importa: o futuro do País e de nossa gente.

Para pavimentar o caminho da unidade é urgente, respeitando as particularidades, as formulações e os acúmulos de cada partido, deixar de lado programas longos e pormenorizados, mais apropriados à aglutinação ideológica, a governos e outras situações. A unidade deve erguer-se a partir de uma plataforma de reivindicações nacionais básicas, enxuta, que contemple as maiores necessidades, demandas e aflições dos “de baixo”, que seja facilmente apropriada pelas grandes maiorias e que possa recolocar o povo brasileiro na condição de protagonista de seu próprio destino.

À plataforma tem que estar colada a uma agenda permanente e regular de debates, um plano de ação emergencial e a um calendário de mobilização geral, envolvendo: os partidos e setores, as entidades sindicais, as organizações e os movimentos populares, os parlamentares, os governos estaduais e municipais, parcelas ampliadas da sociedade civil e; em especial, as grandes massas. A agenda de salvação nacional, integrada pela defesa da soberania do País, das liberdades democráticas, dos direitos populares, das conquistas civis, não pode estar a serviço de um calendário eleitoral, embora deva levá-lo em conta.

Por mais diversas que sejam as estatísticas, todas as análises e perspectivas feitas no interior da esquerda *lato sensu*, todas elas, sem exceção, indicam – cada uma ao seu modo – a necessidade e a importância da união e da unidade das forças democráticas, progressistas e populares para o próximo período conjuntural.

Portanto, chegou das aproximações, das interlocuções, do diálogo, das movimentações, da tratativa e dos encaminhamentos no sentido da construção frentista. Abandonando as afirmações doutrinárias e o sectarismo; é hora de muitos se abrirem para além de seus círculos, por maiores que sejam, e se somarem na organização de uma força capaz de enfrentar com potência os tempos quentes anunciados pelo garantido recrudescimento da conjuntura.

De novo: o certo é que para enfrentar a extrema direita num quadro de agravamento da crise econômico-social e sanitária, da quebra de emprego, do empobrecimento geral, das ameaças autoritárias e das tragédias, consequências e

possibilidades que daí brotam, não serão suficientes os discursos solitários, os arroubos doutrinários, as profissões de fé ou as razões internistas, estejam cômicos, ou não, os seus profetas.

Tudo aponta para o aumento da temperatura da luta de classes no próximo período. Para fazer frente à situação atual e ao Governo Federal, centro articulador da extrema direita do País, é urgente reunir forças para construir e espraizar Brasil afora a unidade mais ampla possível entre os segmentos democráticos e progressistas do Brasil. Isso exige compromissos políticos-práticos, transparência, determinação, habilidade, flexibilização e, acima de tudo, amplitude tática. Como bem iluminam os filhos pródigos do canção tridentário das Minas Gerais e dos Sertões, Beto Guedes e Ronaldo Bastos: “Um mais um é, sempre, mais que dois”.

O Bolsonarismo, e tudo que representa, permanece como o inimigo central a ser combatido a todo custo. Em face da crise econômico-social e dos efeitos agravantes da pandemia, as respostas e intenções anunciadas pelo Governo Federal só corroboram esse caminho. Portanto, o eixo tático nuclear, em torno do qual a plataforma e as ações devem girar, permanece sendo o mesmo que antecedeu as eleições: a luta contra o protofascismo e a extrema-direita, com o objetivo de isolar, deter e derrotar Bolsonaro, colocando um fim no seu governo e nas suas políticas reacionárias.

**\*Sávio Bônes** é jornalista e diretor do Instituto Sergio Miranda.

Publicado originalmente no portal [Brasil247](#).